

## **Moção de Repúdio ao extermínio dos povos tradicionais e em defesa do/a assistente social Felipe Augusto Xavier e sua liberdade no fazer profissional**

Nós, assistentes sociais presentes ao 47º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado entre os dias 6 e 9 de setembro de 2018, repudiamos todo e qualquer tipo de articulação que proponha revogar o Decreto nº 6.040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. É de conhecimento que ações com esta finalidade já têm sido encampadas por organizações de ruralistas e por parlamentares aliados/as a estes interesses, que buscam alargar seus latifúndios e expropriar as comunidades tradicionais de seus territórios legitimamente conquistados.

Soma-se a isso que, Felipe Augusto Xavier, assistente social, vem sofrendo processos em instâncias administrativas e judiciais, criados com a finalidade de questionar sua atuação profissional e seu exercício profissional.

Consta que o referido assistente social ocupa o cargo de Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Habitação e Regularização Fundiária junto à Secretaria de Patrimônio da União, tendo como uma de suas atribuições a elaboração de Relatório Técnico, em assuntos de questão fundiária, que envolvam terras da União.

Recentemente, uma petição alavancada por interessados/as tenta impedir/revogar a demarcação de terras dos povos tradicionais, a qual fora encaminhada publicamente no plenário da Câmara Legislativa Federal por meio da bancada ruralista – demonstrando assim os interesses ocultos defendidos por esta parcela de parlamentares.

O assistente social Felipe Augusto Xavier está sendo acusado, dentre outros, de não ter legitimidade para apresentar algumas das análises que constam no Relatório Técnico. Ora, o exercício da profissão de assistente social é regulamentado pela Lei nº 8662/1993, possuindo Código de Ética Profissional e estando sujeito à fiscalização dos Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social.

O Conjunto CFESS-CRESS filia-se indubitavelmente à luta constante e incansável contra a opressão das classes subalternas e em defesa de um projeto ético-político contra-hegemônico de superação do capital. Repudiamos o extermínio dos povos tradicionais, vítimas históricas da violência e da coerção por parte do Estado e das oligarquias rurais brasileiras.

Colocamo-nos a favor da demarcação e legalização dos territórios ocupados por comunidades tradicionais, contra os ataques constantes da bancada ruralista, que buscam alterar as legislações garantidoras dos territórios ocupados por povos tradicionais. E repudiamos, por fim, todo tipo de ação ou articulação que vá de encontro ao livre exercício profissional e que questione a capacidade técnica de todo/a e qualquer assistente social em território nacional e, em especial, no caso do assistente social Felipe Augusto Xavier.

*Porto Alegre (RS), 9 de setembro de 2018.*

*Aprovada na Plenária Final do 47º Encontro Nacional CFESS-CRESS*